

19 DEZ 1985

Considerava-se, em geral, que o objetivo do Consenso de Cartagena seria antes criar um "Clube dos Pagadores" do que constituir um "Cartel dos Devedores". Não obstante, na última conferência do Grupo de Cartagena, que se encerrou em Montevidéu no dia 17 de dezembro, parece que, sob a impulsion da Novíssima República do Brasil, se decidiu assumir uma posição mais rígida, que poderia fazer pendent com o Plano Baker.

Na reunião dos chanceleres e ministros da Fazenda dos 11 países que integram o Grupo de Cartagena, decidiu-se criar um comitê de acompanhamento, análogo ao comitê de assessoramento dos países devedores, destinado a acompanhar a evolução do tratamento do problema da dívida externa da América Latina, a examinar a consideração dispensada às reivindicações do Grupo de Cartagena e a elaborar um programa de emergência a ser executado se se considerar que os interesses dos países devedores são prejudicados pela marcha da renegociação da dívida externa da América Latina. Na verdade, apesar da aparente atitude conciliatória, os países do Grupo de Cartagena parecem estar desencadeando uma guerra contra a

comunidade financeira internacional.

Juntamente com o Plano Baker, do lado dos credores, estará doravante o Plano de Cartagena, com a esperança, aliás, de ganhar um cunho mais efetivo do que o plano concebido pelo secretário do Tesouro norte-americano, que continua sendo estudado. Os participantes da reunião de Montevidéu querem que as taxas de juros do mercado internacional voltem a seu nível histórico (cerca de 1,5 a 2% acima da inflação). Insistem eles em que são necessários novos fluxos de recursos (neste sentido, o Plano Baker representa um passo adiante, mas insuficiente), mas querem também que a dívida externa atual permaneça estável em termos reais (o que significa que deveria aumentar de 3 a 4% ao ano). Os participantes da reunião entendem que, em três anos, os empréstimos das instituições financeiras internacionais deveriam aumentar de 20%.

O reescalonamento da dívida, no quadro do Clube de Paris (trata-se da dívida com os organismos oficiais ou garantida pelos governos dos países credores), deve ser feito sem exigência alguma de acordo com o FMI, cujo critério, quanto aos requisitos, deveria ser

totalmente reformulado. Naturalmente, qualquer medida de cunho protecionista, por parte dos países industrializados, deve ser revogada. O objetivo dos países devedores é claro e inspira-se na opção alvitrada pelo governo brasileiro: reduzir as transferências externas para que se mantenha uma taxa de crescimento elevada.

Ninguém pode condenar tais sugestões, mas sua concretização depende, naturalmente, da anuência dos credores, que, além do mais, devem, de uma vez por todas, esquecer as receitas ortodoxas do FMI. A iniciativa não é mais dos credores, mas dos devedores...

Diante desse antagonismo que o Grupo de Cartagena acaba de criar, dever-se-ia querer saber qual das partes levará a melhor. Os países devedores certamente poderiam, como se fez ver, diante de uma eventual resposta negativa dos credores, suspender o pagamento de seus juros e decretar uma moratória unilateral. É uma hipótese plausível, aliás já adotada por alguns dos pequenos devedores, que não tinham condições de honrar seus compromissos.

Convém lembrar que os bancos credores, que, na Europa e no Japão, já constituíram provisões, na

expectativa de tal decisão eventual, e que, nos Estados Unidos, teriam sem dúvida o apoio das autoridades monetárias, estarão em condições de enfrentar o desafio. Neste momento, poderão também suspender seus créditos a curto prazo, indispensáveis para que se mantenha, em nível normal, o comércio exterior dos países endividados. Estes só poderiam viver num regime de troca, que, naturalmente, está longe de ser o modo mais racional de sustentar o intercâmbio.

Poder-se-ia acreditar que a chantagem da eventual adesão ao bloco russo seria suficiente para convencer a comunidade financeira internacional a mudar de opinião. Será, porém, que o exemplo de Cuba, hoje "amparada" pela URSS, serve para a América Latina? É evidente que existem sérios problemas para os países endividados e que sua solução precisa ser encontrada. Mas é necessário fazê-lo por via do diálogo e sem a rejeição, *in limine*, de uma disciplina interna, que se mostrou eficiente em numerosas ocasiões. Preferimos imaginar que o Grupo de Cartagena está blefando apenas para satisfazer alguns quixotes que frequentam o novo clube...